

O ESPAÇO AGRÁRIO PARANAENSE: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DA AGRICULTURA CAPITALISTA

Maria das Graças de Lima – Universidade Estadual de Maringá

mariagr.lima@uol.com.br

Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira – Universidade Estadual de Maringá

eugeniaguart@hotmail.com

Glauco Nonose Negrão – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

glauco.n.negrão@hotmail.com

RESUMO: O estudo das transformações agrárias que ocorreram no Estado do Paraná, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, e o resultado destas transformações constituíram o principal objetivo desta pesquisa, desenvolvida desde a década dos 1980. Inicialmente a abordagem levou em consideração, aquilo que era visível na paisagem geográfica paranaense: aspectos ligados à intensa comercialização das terras, principalmente da pequena propriedade; a incorporação dessas terras à área da grande propriedade, e como conseqüência, a alteração da estrutura produtiva: crescimento em grande escala da agricultura de exportação, representado pela produção de soja e trigo; crescimento da pecuária bovina também para exportação; e plantação da cana destinada à produção do álcool, estimulado pelo projeto governamental criado em 1975 e denominado de PRO-ALCOOL. A conseqüência social dessas transformações desencadeou um processo intenso de expropriação, por meio da venda, da expropriação e/ou do encerramento do contrato de trabalho, quando havia, resultando em êxodo e/ou migração de inúmeras famílias, que ocupavam pequenas propriedades na área rural para outros lugares do território brasileiro, que constituíam também outras frentes pioneiras, tais como as regiões Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) e Norte (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, Pará) e bairros industriais das médias e grandes cidades do interior do estado de São Paulo; além das periferias das cidades de pequeno e médio porte do estado do Paraná. A conjuntura econômica e social da qual partia nossa análise, de intensa expropriação das pequenas propriedades, sustentadas basicamente pelo trabalho familiar, vaticinava o fim dessa forma de ocupação da área rural, principalmente na região norte do Paraná. No entanto, a leitura elaborada por Vladimir Ilich Lênin para explicação da expropriação camponesa, como etapa do desenvolvimento capitalista, leitura e fundamentação teórica utilizadas inicialmente na pesquisa, não foi suficiente para explicar a realidade observada no campo paranaense. Embora a tendência daquele momento apontasse seu desaparecimento, era um fato que as terras ocupadas pela pequena propriedade sobreviviam; haviam perdido muita área, era um fato, mas inseridos na ordem imposta pelo sistema capitalista no campo agrário paranaense, sobreviviam naquilo que o sistema permitia: nas áreas impróprias para agricultura ou pecuária de exportação e canaviais; ou sobreviviam a partir da lógica de organização da propriedade camponesa: trabalho familiar, cultivo alternativo e consorciado. A diferenciação social não foi suficiente para explicar o desaparecimento da pequena propriedade frente às readequações econômicas do mercado. Ao longo da década dos 1990, demonstrou sua

articulação e os cultivos produzidos nestas terras passaram a ocupar nichos econômicos que não eram atingidos pela grande propriedade: A produção é destinada às feiras do produtor rural, às merendas oferecidas nas escolas estaduais dos municípios, às cooperativas, aos mercados abastecidos pela produção orgânica, nacional e internacional. Em meio a este processo, buscamos referências para explicar as formas internas de organização desses pequenos proprietários e produtores, pois continuavam ocupando suas terras. A leitura de clássicos do debate agrário como V. I. Lênin e Alexander Chayanov, de clássicos da Geografia Agrária brasileira como Leo Waibel e Pierre Monbeig; de autores atuais que contribuem para a compreensão da questão agrária, tais como, Teodor Shanin, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, favoreceu as explicações para entender essa organização e essa resistência na exploração da terra por meio da mão de obra familiar. No estado do Paraná, a organização do espaço agrário partiu da efetivação do título de proprietário da terra, assim, para aqueles que ainda possuem a pequena propriedade o espaço de atuação se dá em nível local/municipal: feiras de produtores rurais, merenda escolar, cooperativas, abastecimentos locais (sacolões, restaurantes, cozinhas industriais); e para o mercado externo (exportação de fibras, essências e frutas). Nossa pesquisa desdobra-se atualmente para o estudo das diversas formas de organização da pequena propriedade no território paranaense: sistema faxinal, suábios, pequenos proprietários, assentados, dentre outros. A pesquisa para mapeamento dessa diversidade está em desenvolvimento, e o que já é possível identificar é que somente dados econômicos não serão suficientes para levantar sua realidade; somente estes não atingem a explicação da lógica interna dessa organização.

PALAVRAS-CHAVE: Transformações Agrárias; Agricultura Paranaense; Pequena Produção; Lógica da Pequena Propriedade; Geografia Agrária.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma pesquisa iniciada em 1984 e desenvolvida efetivamente até 1993. Retomada em 2004, permitiu inúmeras reflexões teóricas a partir da comparação entre conjunturas estudadas. Com uma análise sustentada na conjuntura agrária paranaense da década de 1980, a pesquisa, em sua primeira etapa, apontava algumas tendências sobre a modernização agrícola ocorrida no Norte do Paraná, em que o tempo se permitiu confirmar ou não algumas previsões.

A realidade estudada favoreceu todo um aprofundamento teórico que passou por diversas elaborações. Partimos de uma conjuntura em que vaticinava-se o desaparecimento da unidade familiar de produção, previsão esta sustentada na concepção leninista da questão agrária, influenciada pela

concepção Kautskyana (1980) da questão agrária; análise produzida sobre a questão agrária no sistema capitalista.

Em uma segunda etapa da pesquisa, relativizamos essa leitura e passamos a trabalhar com outros autores russos que trataram a questão agrária, passando a entender essa questão a partir de um debate político deflagrado no período revolucionário da Rússia.

O aprofundamento desta questão permitiu sua compreensão histórica, e nossa leitura passou a compreendê-la no interior de um debate político, o que instigou a procura pela argumentação utilizada pelos socialistas revolucionários nas críticas contra a concepção leninista.

A leitura de Alexander Chayanov (1974), ministro da agricultura de Vladimir Lênin (1985), apresentou a outra concepção sobre a questão agrária russa: aquela em que se considerava a organização dos camponeses russos a partir de sua organização interna.

Apresentaremos no desenvolvimento do texto como esse debate ocorreu, como seus autores pensavam, como essa produção influenciou os estudos agrários brasileiros. Mas o que nos interessa demonstrar é o processo histórico que representou o aprofundamento teórico desta questão, permitindo perceber a autonomia que havia entre algumas teorias e a realidade estudada por elas. Isso significava entender que a teoria leninista sobre a questão agrária, jamais permitiria a sobrevivência de qualquer unidade familiar de produção; significou entender que o que poderia explicar a rearticulação deste segmento social em vários momentos de sua história, era sua lógica interna; a forma como se organizava para sua produção, e como se relacionava com o mercado econômico. A análise do debate clássico evidenciou que havia uma posição sustentada na realidade russa, e uma posição sustentada em influências teóricas externas, cuja análise estava sustentada em realidade capitalista.

Avaliamos atualmente, que uma abordagem apenas economicista desta questão poderá apresentar uma realidade dos dados quantitativos que não orientem a definição de políticas de planejamento que leve em consideração a organização interna destas unidades familiares de produção. Uma abordagem sustentada na compreensão lógica da organização destas unidades permitiria identificar sua concepção. As políticas econômicas ou sociais definidas para o

campo brasileiro desconhecem a realidade agrária brasileira; o que as leva à proposição de ações que pouco atinge este segmento.

As previsões vaticinadas ao longo das décadas de 1970 e 1980, não se confirmaram ao longo da década de 1990, e a unidade de produção familiar sobreviveu àquela conjuntura de intensa concentração das áreas agrícolas destinadas principalmente à economia exportadora. Quando concluímos a primeira etapa da pesquisa, divergindo da produção teórica concentrada na área sobre as transformações agrárias, apontávamos a permanência dessa organização na estrutura fundiária paranaense. Na época, apontávamos a necessidade de maior intervenção e interesse de políticas destinadas especificamente à este segmento. Mas superando este “entrave”, as famílias proprietárias destas unidades familiares passaram a produzir uma economia agrícola que abastece nichos do mercado econômico que não são atingidos pela produção da grande propriedade. São produções hortifrutigranjeiras especializadas, organizadas a partir de associações, cooperativas dirigidas por representantes das diversas famílias representantes dessas unidades de produção.

Assim, reconhecemos os problemas, até porque isto não é uma situação presente apenas na questão agrária, em se importar análises produzidas em contextos históricos diferenciados. Essas contribuições teóricas podem ser consideradas como leituras possíveis sobre a questão tratada, mas não que poderão, sem a devida relativização, representar modelos aplicáveis com vistas a precipitar as mudanças sociais, políticas ou econômicas que se queira.

Boa parte dos problemas encontrados com as análises realizadas sobre a questão agrária brasileira deve-se ao fato de que expressiva parte da produção bibliográfica utiliza corpo teórico-metodológico descolado da realidade analisada.

As mudanças que foram ocorrendo no processo de pesquisa, como por exemplo, os estudos iniciais localizados nas perdas e desapropriações das populações rurais, e posteriormente o deslocamento para a pesquisa acerca da organização e lógica de sustentação destas pequenas unidades de produção favoreceu a compreensão de uma realidade encontrada no campo agrário paranaense: o pequeno proprietário, em razão do contexto em que está inserido, é tratado como inimigo pela grande propriedade que reivindica

políticas agrícolas que atenda às necessidades de seu mercado econômico; e é tratado como inimigo pelo segmento social que reivindica a titulação de posse e/ou propriedade da terra, representado pelo Movimento dos Sem Terras – MST, porque é proprietário. Apresentações de fatos que aconteceram em processos revolucionários permitiram perceber a necessidade de pesquisas sobre esse segmento social, que se manifesta das mais diversas formas no universo agrário, exigindo políticas mais direcionadas e específicas que respondam às necessidades presentes na sua produção e organização.

BALANÇO TEÓRICO

A primeira pesquisa que desenvolvemos em Geografia Agrária, remonta aos anos de 1985-1993, quando registramos as transformações agrárias que haviam ocorrido no município de Moreira Sales/PR, entre os anos de 1975-1985 (LIMA: 1993).

Levantamos como hipótese de trabalho, aquilo que era comum na produção bibliográfica que estudava o espaço agrário brasileiro e paranaense naquela conjuntura, ou ao menos a tendência mais expressiva: a extinção quase completa dos sítios rurais localizados no município de Moreira Sales. Este espaço representava um recorte da realidade vivida pelo norte-paranaense: a modernização agrícola que se implementava nas relações de trabalho e na produção agrícola. Expressava uma rearticulação do campo paranaense, tanto no que se referia à sua estrutura fundiária, quanto às relações sociais, quanto nas relações de produção.

Para comprovar o que buscava estudar, levantei informações sobre a estrutura fundiária do município, sobre o processo de incorporação de terras, sobre o uso do solo e expressões do que manifestava as transformações que haviam ocorrido no período de 1975-1985.

As informações levantadas evidenciavam que de antemão já buscávamos dados e depoimentos que indicassem a ampliação da área da grande propriedade¹ em detrimento da diminuição da pequena propriedade²;

¹ No município estudado, assim como no Estado do Paraná, a grande propriedade é representada pelas fazendas.

mudanças no uso do solo agrícola, com a diminuição da área destinada ao cultivo de alimentos básicos, tais como café, arroz, feijão, milho, amendoim; e o avanço das culturas destinadas à exportação e produzidas nas fazendas, como soja, trigo; além do avanço também das áreas destinadas à pecuária, com a exportação da carne bovina. Nesta época teve início também uma economia expressiva no Paraná posteriormente: a criação de frangos para consumo interno e exportação.

Para imprimir conjuntura aos dados levantados, resgatamos a história de formação do município, sua ocupação e colonização de modo a ter informações que nos permitisse comparar a amplitude das transformações que haviam ocorrido ali.

O recorte espacial, apenas o município de Moreira Sales em razão de um vínculo afetivo, e porque havia presenciado ali a manifestação social dos que eram contra aquelas mudanças que aconteciam no campo paranaense, refletido principalmente na reorganização da estrutura fundiária, acabando com uma das características básicas de ocupação e colonização das terras localizadas no norte-paranaense e demais regiões: a propriedade familiar. E um recorte temporal, de 1975 a 1985, porque a partir de 1975 implementa-se nas terras paranaenses as primeiras destilarias subsidiadas pelo Projeto Álcool – PROALCOOL, destinadas exclusivamente à produção do álcool, e o município estudado havia sido contemplado com a criação de uma destilaria em suas terras; além do que este período me permitiria evidenciar as mudanças que haviam ocorrido a partir da modernização da produção agrícola na área rural desse município.

A modernização agrícola significou um reajuste na estrutura fundiária paranaense; a pequena propriedade que até então havia organizado a base dessa estrutura, desse período em diante sobreviverá se organizada. O acesso aos insumos e fertilizantes, aos maquinários, aos meios de circulação da mercadoria era uma imposição ditada pela produção agrícola realizada nas terras paranaenses.

² No município estudado, assim como no Estado do Paraná, a pequena propriedade é representada pelos sítios rurais e chácaras. A diferença é que as Chácaras localizavam-se, no município de Moreira Sales, na área próxima do centro urbano, e seus lotes eram menores que os dos sítios rurais.

Em função do procedimento metodológico adotado, mais especificamente em relação ao arcabouço teórico utilizado para explicação da modernização que ocorria com a agricultura paranaense, no trabalho de campo que realizamos no município, por volta de 1985, demos especial atenção aos dados quantitativos levantados nas empresas e instituições de planejamento agrícola, tanto no município quanto do estado, que davam assistência técnica aos produtores rurais; dados do IBGE; dados coletados na prefeitura do município por meio do Imposto Territorial Rural – ITR, dados coletados em cooperativas, e entrevistas realizadas com os técnicos agrícolas ou agrônomos responsáveis pelas empresas de planejamento agrícolas particular ou ligadas às Instituições Estaduais. Fundamentada nos dados levantados, passamos a trabalhar o que embasaria teoricamente a explicação para aquela conjuntura: a tese leninista do debate clássico sobre a questão agrária.

Esta tese, defendida por Vladimir Ilich Lênin (1985), pensava o caminho para o socialismo por meio do desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista. Fundamentado na interpretação que Karl Kautsky (1980) fazia da questão agrária no sistema capitalista, Lênin passou a avaliar que o mesmo poderia ocorrer na passagem do regime czarista para o socialista, em 1917, e para tanto o campo russo sofreria modificações (LENIN: 1985). Os camponeses russos, a partir desta data, adequaram-se ao novo regime: trabalho e propriedade coletivos. Conta-se que 23 milhões de camponeses que resistiram a essas mudanças foram assassinados ao longo da década dos 1920, sob o regime leninista e stalinista.

Esta compreensão acerca da questão agrária, em que a propriedade da terra leva à desapropriação é compreendida como etapa para o desenvolvimento capitalista, que por sua vez é uma etapa para se atingir o socialismo, influenciou a produção bibliográfica que explicaria os problemas encontrados no campo brasileiro, principalmente daqueles relacionados à desapropriação da população que ocupava pequenas áreas e utilizavam o trabalho familiar para seu sustento, ou às mudanças que ocorriam no campo brasileiro, neste caso, o campo paranaense quanto às mudanças no modo de produção. Os autores mais utilizados para explicar o que ocorria no campo paranaense eram Geraldo Muller (1980), José Graziano da Silva (1982), mas de modo geral é a interpretação mais utilizada para explicar os conflitos que

acontecem no campo em razão das diferentes formas de posse e propriedade que há da terra; e de modo geral, como o acesso à posse e/ou propriedade da terra sempre foi um problema no Brasil, não é difícil correlacionar a realidade agrária brasileira, ao campo agrário russo. A diferença básica entre o campesinato russo e o que constitui o campo brasileiro e paranaense no que relaciona a sua diversidade, é o fato de que o campesinato russo foi retirado de sua organização tradicional; também sustentado no trabalho familiar; e a população brasileira que trabalhou/trabalha no campo como pequeno proprietário, posseiro, meeiro, agregado, cambão, quilombola, dentre outras formas de ocupação do campo brasileiro tiveram o acesso à terra bastante dificultada. O problema desta leitura sobre a questão agrária é sua descontextualização histórica; as etapas para se atingir o socialismo não passa necessariamente pelo desenvolvimento do sistema capitalista.

A etapa que classificamos como sendo a segunda da pesquisa, refere-se àquele em que entendemos que as explicações para a questão agrária estava inserida em um debate: se havia a explicação para a questão agrária a partir do capitalismo; encontramos também aquela em que se buscava entender a lógica de funcionamento deste segmento social a partir de sua organização interna; foi daí que chegamos ao debate clássico estabelecido sobre a questão agrária.

O DEBATE CLÁSSICO

O que denominamos aqui de debate clássico Agrário ocorreu no contexto da Revolução Russa deflagrada em 1917; e polarizou-se entre a corrente liderada por Vladimir Lênin (1985) e a corrente liderada por Alexander Chayanov (1974).

A corrente liderada por Lênin outorgava o papel de vanguarda revolucionária ao operariado, que surgiria como fruto do desenvolvimento industrial. A consciência de classe que desencadearia a revolução viria da expropriação sofrida de seus meios de produção.

Desconsiderando a diversidade do universo camponês russo, Lênin o dividiu em três segmentos: camponeses ricos, médios e pobres, sendo os últimos os possíveis aliados de uma transformação social e política. Avaliava-

se que com o desenvolvimento do sistema capitalista, a tendência era o desaparecimento do camponês médio, que caso não enriquecesse, empobreceria até ser destituído de todos os seus meios de produção, e junto com os camponeses pobres tornar-se-ia assalariado rural ou operário.

Essa “diferenciação social” feita sobre o campesinato russo foi elaborada a partir de dados estatísticos coletados nos Zemstvos³, e levavam em consideração os bens materiais da unidade camponesa, tais como, número de cavalos, área semeada, e equipamentos. Esse tipo de informação expressava uma preocupação de caráter eminentemente técnico e econômico.

Esta abordagem teórico-metodológica de interpretação da questão agrária foi muito difundida no Brasil, principalmente por meio de documentos elaborados por partidos políticos e organizações de esquerda.

Conseqüência dessa influência, muitos trabalhos científicos elaborados sobre a realidade do campo brasileiro na década dos 1960, 1970, 1980, 1990 e podemos afirmar que tal influência continua nos dias de hoje, adotaram a abordagem leninista para a compreensão do que acontecia na realidade agrária brasileira e paranaense. O que era conflito, compreendia-se como contradição, desencadeando avaliações equivocadas sobre os movimentos sociais que aconteciam no campo brasileiro. Essa avaliação também foi reforçada pela compreensão que Caio Prado Junior (2000) fazia do processo de desenvolvimento brasileiro. Esse autor identificava traços do feudalismo no Brasil, quando falava do período colonial. Essa concepção desencadeava uma compreensão favorável à tese leninista, ou seja: as condições sociais do campesinato brasileiro eram de total desapropriação, o que permitiria pular as etapas de desenvolvimento do capitalismo e atingir a experiência socialista mais rapidamente.

A formação das Ligas Camponesas na região Nordeste brasileira foi uma das principais manifestações contra as conseqüências impressas pelo sistema capitalista no campo nordestino. Já na década dos 1940 estava claro para a população do campo nordestino a lógica do sistema capitalista brasileiro. As ligas camponesas surgem em oposição às condições de pobreza

³ ZEMSTVOS: Eram escritórios locais implantados na Rússia czarista a partir de 1870, para levar adiante as reformas decorrentes da abolição da servidão que ocorrerá em 1861 (ABRAMOVAY, 1992:58).

e penúria da população rural; uma reação principalmente aos índices de mortalidade infantil dos canaviais da zona da mata nordestina.

Na realidade brasileira as etapas de desenvolvimento capitalista não teriam um cenário tão homogêneo quanto nos países de sua origem. Aqui, a maioria da população nunca havia acessado o campo; até 1850 conviviam-se diversos tipos de apropriação e uso da terra, mas a exploração da terra priorizava cultivos de exportação; nem todo camponês ou proprietário de uma pequena unidade de produção foi expropriado; quando foram, nem todos viraram assalariados, contrariando em muitos momentos a leitura leninista.

Essa abordagem teórico-metodológica, leitura mecânica de desapropriação do campesinato russo como parte do desenvolvimento do capitalismo, já poderia ter sido relativizada, desde 1905, quando foi implantada a política de Stolypin. Esta política pretendia, por meio de incentivos, criar uma classe média no campo. Os camponeses resistiram a essa intenção de organização do campo russo, entendido por eles como desestruturador de suas comunas, se unindo aos camponeses ricos e lutando contra a proposta do Czar.

Em 1917, este segmento social, que já era pensado como atrasado politicamente, pois lutara por conservar sua estrutura, tornar-se-ia aliada da revolução deflagrada pelos bolcheviques. Resultado da oposição ao regime que se implementara a partir de 1917, 23 milhões de camponeses são assassinados.

Em seu livro *La Classe Incomoda*, Teodor Shanin (1967), escreve que essa atitude do campesinato, de ora conservar sua estrutura, ora transformá-la, os colocava no papel de reagentes às transformações sociais e políticas, e isso é uma característica deste segmento social. Por isso enumeramos exemplos de variadas articulações com vistas a assegurar sua organização social, política e econômica.

A preocupação de uma ala do debate clássico, representada pelos leninistas, não passava pela compreensão e posterior sugestão de mudanças para esse segmento social a partir de sua lógica e organização interna, mas desencadear uma trajetória política para este segmento dentro da Rússia. Com esta intenção, Lênin (1985) utilizará de critérios econômicos capitalistas, para fazer uma leitura política do procedimento da sociedade camponesa no

momento revolucionário. Foi seguindo esta concepção teórico-metodológica que desenvolvemos uma primeira etapa desta pesquisa. Pautei-me em critérios econômicos para explicar as rápidas transformações ocorridas na realidade estudada e que Karl Polanyi (1980) retrata em seu livro “A Grande Transformação”, quando analisa as rápidas transformações impressas pelo sistema capitalista, principalmente em sua fase neoliberal.

Fundamentamos teoricamente nossa análise sobre o que ocorria nas transformações impressas ao município de Moreira Sales, na produção teórica de Karl Marx (1983), mais precisamente nas análises que faz sobre a monopolização da terra e da renda fundiária. Nesta teoria, a terra é vista como um meio de produção que não pode ser multiplicada, mas pode ser comercializada. Ao ser comercializada, ela se transforma em mercadoria, podendo ser vendida, comprada ou alugada, possibilitando assim para quem já a possui, permanecer com a mesma área ou comprar quantidades maiores, desencadeando o processo de monopolização.

Essa monopolização da terra leva a uma concentração da renda fundiária, que é o preço que está implícito na terra e na mercadoria por ela produzida. Esta renda deve ser paga ao dono da terra, quando este comercializar seus produtos e/ou quando o proprietário da terra a arrendar a alguém temporariamente ou ainda quando se está diante da renda diferencial I e II.

É dentro deste processo que a terra adquire preço, ao se tornar fruto do regime de monopolização, mesmo não tendo valor.

Era possível constatar por meio dos dados levantados em pesquisa, que os sítiantes estavam sendo desapropriados e expulsos de suas terras por meio da comercialização intensa de suas propriedades. A razão da comercialização encontrava-se nas sucessivas safras frustradas por fenômenos climáticos que inviabilizava a manutenção da propriedade; na possibilidade em adquirir mais hectares de terras na região Centro-Oeste e Norte do Brasil com a comercialização dos alqueires na região Sul.

Mesmo percebendo que minha hipótese havia se verificado: no Estado do Paraná, a perda da propriedade da terra se dava por meio da comercialização, foco das transformações agrícolas que vinha ocorrendo, continuamos pesquisando as propriedades que haviam sobrevivido.

A forma encontrada pelo sistema capitalista para rearticular a propriedade da terra no Paraná, foi por meio da introdução de novas tecnologias e técnicas no processo de produção agrícola. Aparentemente foi o processo de modernização agrícola que desencadeou essa comercialização das terras. Colonizado com base na pequena propriedade, as mudanças agrícolas impressas a partir de 1970 reformularam a estrutura fundiária paranaense, apoiando-a nesta nova conjuntura na agricultura de exportação.

Embora as previsões sobre a organização e sobrevivência dos sítios rurais fossem negativas, a realidade era mais complexa. Outros “personagens” emergem: aqueles que não haviam perdido suas terras; não foram expropriados, e portanto, permaneciam nos seus sítios com suas famílias.

A incorporação de terras dos sítios rurais às fazendas que provocaria a “diferenciação social” era constatada por meio de dados estatísticos e entrevistas com sitiantes, fazendeiros, pessoas do município de Moreira Sales. Essa incorporação concentrou-se entre os anos de 1975 à 1984, quando 20% dos sítios foram absorvidos pelas fazendas. Essa informação foi fornecida pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria Estadual da Agricultura, escritório de Campo Mourão, em 1985; e pela ACARPA⁴, atual EMATER⁵, escritório de Moreira Sales, que acusava só no ano de 1984, a incorporação de 9% das terras no município. Os sítios mais comercializados tinham áreas menores de 10 alqueires, aproximadamente 24 hectares.

Embora ocorresse uma comercialização com perdas sucessivas da propriedade da terra, os sítios permaneceram na estrutura fundiária, não só do município, como do estado também, pois desenvolveram mecanismos internos de preservação e sobrevivência. A análise leninista, ou ao menos a interpretação feita sobre ela, vaticinava a extinção total. A quantidade de áreas ocupadas com pequenas propriedades varia no estado do Paraná de município para município, mas as áreas localizadas nos solos que favorecem a agricultura, por sua qualidade produtiva, sofreram maior concentração. Suas terras produtivas foram ocupadas com lavouras de exportação. No Paraná, houve uma intensa monopolização da terra, principalmente no período entre

⁴ ACARPA: Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.

⁵ EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

1975-1985; este processo continuou em algumas áreas, mas diminuiu sua intensidade ao longo da década dos 1990.

Parte significativa dos sítios rurais localizados em Moreira Sales manteve sua propriedade. Acompanhamos o processo de comercialização de terras no município por meio dos livros de registro de terras, no Cartório Civil de Moreira Sales. Iniciamos um levantamento do processo de comercialização da pequena propriedade no município que remontou à 1953; ano em que se iniciou a colonização e ocupação do município.

Ao final da década de 1990, quase na virada do milênio, comprovamos que a comercialização dos sítios havia sido mínima, e quando ocorreram, muitos não eram para incorporação a fazendas. Em levantamento realizado em 2007, verificamos que a comercialização é um processo controlado, nem sempre de incorporação às fazendas. O que se modificou foi de fato a forma de organização com intenções à inserção no mercado econômico destes pequenos produtores. Em torno de Cooperativas, Associações e Organizações buscam esta inserção de forma planejada, aceitando os critérios estabelecidos pelo mercado econômico.

Ao longo da década dos 1980 pairava ainda nas análises realizadas sobre as transformações que estavam acontecendo, o mesmo processo que vinha ocorrendo na franja da frente pioneira que se instalara na região norte do Paraná e se deslocou até a região Noroeste, no período da ocupação e colonização do estado paranaense. Na fase inicial as companhias colonizadoras vendiam os lotes, que em sua maioria eram representados pelos sítios. Foi com base na pequena propriedade que se deu a ocupação paranaense. Na segunda fase, as condições instaladas a partir do desenvolvimento econômico adiciona preço à terra e a sua comercialização e concentração desarticula a estrutura fundiária inicial, concentrando suas terras na grande propriedade. Os sítios sofreram intensa comercialização. A terceira fase representou a estabilidade desse processo de comercialização. Pensado inicialmente como etapa ainda do processo de colonização, era fato que os sítios rurais continuavam existindo no município de Moreira Sales.

Ampliamos a área de estudo para ter a compreensão do processo que ocorria nas outras áreas, e passamos a levantar dados sobre a região Noroeste e Sudoeste, pois o limite podia destorcer a realidade. De fato algumas regiões

do Paraná tiveram uma expressiva comercialização de seus sítios, quase desaparecendo da estrutura fundiária; mas haviam outras regiões que continuavam expressivos na estrutura fundiária, e em Moreira Sales era assim.

OS SÍTIOS RURAIS EM MOREIRA SALES

Na fase de conclusão da pesquisa, aprofundamos a pesquisa sobre a organização dos sítios rurais em Moreira Sales, considerando que aquela região já consolidara sua estrutura fundiária. A comercialização das terras dos últimos anos atesta esta consolidação (LIMA: 1993).

Por meio de sua produção, os sítios haviam se integrado inteiramente ao mercado capitalista; continuavam utilizando mão de obra familiar e às vezes, no auge da plantação e/ou da colheita das safras, contratavam mão de obra assalariada.

Nesta etapa, entrevistamos os sitiantes, e observamos a sua organização interna por meio do trabalho de campo. Este procedimento me levou à aproximação e estudo dos teóricos da Escola de Organização da Produção, sendo o mais conhecido deles – Alexander Chayanov (1974).

Ao ser convidado “para chefiar a seção agrária da Academia de Ciências da URSS, cargo que manteve até os anos de 1930, quando foi expurgado e eliminado pela perseguição stalinista” (ABRAMOVAY: 1990: 39), Chayanov (1974) vai mudar os métodos de contabilidade dos Zemstvos, por entender por meio da observação de campo que estes não eram suficientes para explicar a organização interna da unidade camponesa, pois fugiam à sua lógica econômica.

Neste sentido, levantou informações sobre o tamanho das unidades de produção, tipos de cultivos, tamanho da família, sua composição por sexo e idade, quantidade de consumo, produção de artesanato; e sobre estas informações recolhidas sistematicamente, Chayanov (1974) escreveu seus estudos. A intenção desse autor ao fazer o levantamento era o de fundamentalmente perceber o que unificava estes camponeses, caracterizar sua identidade, para que quando alguma política fosse definida, pudesse ter como base, dados sobre as condições reais da unidade camponesa.

A preocupação de Chayanov (1974) localizava-se na generalização que se fazia ao interpretar a questão agrária no desenvolvimento capitalista, afirmando que não se poderia utilizar categorias do capitalismo, tais como salário e produtividade, para pensar ou conceituar o camponês da pequena unidade de produção. Pela sua diversidade e especificidade (a partir disto, se universaliza a categoria) haveria a necessidade de se construir uma teoria própria para a interpretação e estudo da organização da unidade de produção familiar. O autor utilizava para caracterizar este segmento social, o ciclo familiar: tamanho da família, a relação entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam. O conceito de família não se resumia à família nuclear (pai, mãe, filhos, parentes); era mais amplo. Abrangia os membros que moravam sob o mesmo teto, mas estendia-se aos membros que trabalhavam juntos na mesma terra; ou que compartilhavam um parentesco distante. Em sua análise o autor nos leva à seguinte conclusão: não havia incompatibilidade entre as comunas e o socialismo. Neste sentido, a sociedade camponesa em qualquer momento estaria “apta” para funcionar sob o sistema socialista.

Do que Chayanov (1974) apontou em seu trabalho de campo como caracterização do campesinato, alguns aspectos que persistem até os dias de hoje devem ser considerados nos estudos sobre os sítios. Desses aspectos um que persiste até os dias atuais é o aproveitamento integral da força de trabalho na organização produtiva.

Reafirmamos que a contribuição de Chayanov (1974) se dá no sentido de levantar a importância da caracterização do campesinato com vistas a definir políticas que subsidiem esse segmento social.

Segundo Teodor Shanin (1967), continuador da concepção chayanovista, a caracterização do campesinato russo demonstrava uma clara ligação deste com o ciclo natural. Sua lógica em relação ao tempo de trabalho não era a lógica da acumulação, mas a do ciclo natural da família:

“La familia y la explotación aparecen con términos casi sinónimos (...). El crecimiento de la familia originaba presiones de consumo adicionales. El jefe de la nueva unidad doméstica trataba de ampliar su tamaño y elevar su renta mediante la compra o arrendamientos de tierras y equipo y, a

veces, empleando el trabajo familiar en actividades artesanales y comerciales (promysly). El crecimiento de los hijos se traducía em un aumento de la fuerza de trabajo pero, al mismo tiempo, segun se indicó anteriormente, el consumo familiar se elevaba también, creándose problemas de empleo. Después de cada una de estas particiones o después de la división general que seguia a la muerte del jefe de la unidad doméstica, l s nuevas explotaciones dirigidas por parejas jóvenes comensaban de nuevo el ciclo descrito” (SHANIN: 1967: 59),

E pelo ciclo natural biológico:

“Las fluctuaciones naturales del clima (períodos cálidos y frios, lluvias oportunas o inoportunas, granizo, tormentas y fen menos parecidos) producen uma serie más o menos alcatoria de años agrícolas “buenos” y “malos”. El impacto de los factores naturales se veia, problememente, reforzado por uma rigidez relativo em el sistema de rotación de cultivos, tradicional em la agricultura campesina (...)” (SHANIN: 1967: 161).

Com esta lógica de funcionamiento e de relação com o ritmo natural o camponês garantiria sua reprodução.

Aquele momento importante do debate clássico, em que Lênin (1985) e Chayanov (1974) propõem um método de análise da realidade para o debate político da questão agrária, resultou em uma grande contribuição aos estudiosos do campesinato.

No entanto, quando este debate passou a influenciar a leitura de outras realidades como a brasileira por exemplo, ele foi parcial. No Brasil, como a discussão chegou por meio do Partido Comunista, a leitura trazida foi a de Lênin (1985). Da mesma forma que nesta conjuntura, a leitura de Shanin (1967) está sendo muito adotada pelos autores do MST.

As conjunturas são diferentes, vejamos: Lênin (1985) escreveu para o período revolucionário, enquanto que Chayanov (1974) escreveu para o período de implementação da revolução. O período atual brasileiro é de implementação de políticas sociais em todos os campos da economia, por isso a aproximação da produção de Shanin (1967). Quando tomamos conhecimento sobre a produção deste autor, o vemos na perspectiva da análise e compreensão da pequena propriedade.

Não poderia aplicar mecanicamente, nem que quisesse, critérios definidos por Chayanov (1974) para estudar os sítios de Moreira Sales, tal como ocorreu na Rússia.

No entanto, o aprofundamento desta teoria favoreceu uma caracterização acerca das transformações que ocorreram no campo paranaense que permitiu à esta pesquisa sua retomada posteriormente, sem ter recaído em erros quanto a sua previsão quando encerrou sua primeira etapa por volta de 1993: a de que os sítios continuariam fazendo parte da estrutura fundiária paranaense, apesar das rearticulações dessa mesma estrutura ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Como envolve a discussão do paradigma agrário no sistema capitalista, a contribuição deste método de análise vem da proposição em se estudar a organização interna destes sítios que já atuam no mercado capitalista: financiamentos agrícolas, empréstimos bancários, participação em cooperativas; compra de insumos, fertilizantes e equipamentos, com vistas a melhorar a produtividade de sua lavoura. Se na Rússia revolucionária não se podia falar em produtividade ao campesinato, no campo paranaense, as organizações dos pequenos produtores envolveram uma rearticulação de modo a sobreviver no sistema capitalista. Os sítios comercializam sua produção e investem em suas propriedades quando conseguem superar as crises econômicas. Readaptam-se ao mercado capitalista sempre que é necessário; produzem o que é necessário para manter-se no mercado econômico.

Como consequência da sazonalidade da agricultura, no auge das safras (plantação e colheita), eles contratam mão de obra dispensando-a logo depois. Não mantém mão de obra assalariada permanente na propriedade. Segundo José Vicente Tavares dos Santos (1978), é o ciclo de existência da família que

provoca a possibilidade do trabalho acessório, bem como a eventual utilização de força de trabalho assalariado na unidade de produção.

Aprofundamos em Edward Thompson (1989a) a compreensão da percepção do tempo para quem trabalha com a terra, pois encontramos nesta categoria uma das justificativas para compreender a permanência destes em seus sítios.

Enquanto realizávamos as entrevistas perguntávamos por que permaneciam proprietários das terras quando estas lhes davam tantas preocupações; respondiam sempre que era em troca de liberdade. Era um diálogo com o tempo capitalista; com a disciplina de trabalho; com a organização industrial. O sistema capitalista e a velocidade impressa pelas suas transformações foram retratados em inúmeros textos como uma questão “demoníaca”; George Lefebvre (1980), escreve do medo que o campesinato francês demonstrava frente à essas transformações; Edward P. Thompson (1989b) descreve as transformações experimentadas pelos camponeses ingleses quando das transformações provocadas pela industrialização; José de Souza Martins (1992) descreve uma passagem sobre o aparecimento do demônio dentro de uma fábrica de cerâmica em São Caetano do Sul/SP.

No caso do campo paranaense, o “demônio” era o despejo, era o avanço da frente pioneira. A história agrária do Paraná demonstrou que a implantação do processo de colonização ocorreu paralelo à mudança na forma de sua apropriação. As terras que eram indígenas foram ocupadas gradativamente por missões, posseiros, agregados, grilagens. Do safrista ou caboclo aos sitiantes, a relação ritmo natural-produção mudou. À medida que este segmento social foi se inserindo no mercado econômico por meio de sua produção, seu ritmo foi se definindo pelo modo de produção capitalista, em que comercialização e produtividade substituem o tempo natural.

Dentre as mudanças identificadas está a que alterou o ritmo da produção e os tipos de cultura produzidos. As opções feitas pela produção envolvem cultivos ou criações que apresentem sazonalidade mais rápidas.

Ao longo da década de 1990, o cultivo da amora para a produção do bicho da seda e a criação de aves para corte expressaram essa mudança. Embora se reconheça que na agricultura houvesse dificuldades evidentes na natureza da ocupação do trabalho; no tempo gasto com horas e tarefas que

eram pouco regulares, é um fato que a produção desses sítios está sendo dirigida pela ótica capitalista, o que equivale a acatar para o ritmo da produção, o tempo capitalista.

Dirigidos pelo mercado, o trabalhador dos sítios considera para a plantação e colheita de sua produção, os aspectos físicos meteorológicos. Para plantar feijão, utiliza segundo “sua linguagem”, um solo quente e sem umidade excessiva. Era julho, e na região o inverno é seco, mas naquele ano de levantamento das informações os índices pluviométricos foram elevados. A tecnologia disponível não ajudou a mudar este quadro; e percebemos ao longo das duas últimas décadas que a produção dos sítios mudou suas características: tornaram-se mais especializadas. Plantam gêneros que abastecem a economia local (hortaliças, grãos para abastecimento: arroz, amendoim, feijão, soja; ou que possam ser comercializadas por meio de organizações (cooperativas, associações), tais como os grãos destinados à exportação (soja, trigo), ou destinados à indústria (criação de animais, pomares cítricos).

No período em que estávamos desenvolvendo a pesquisa encontramos uma informação que também remete à uma característica das terras ocupadas com sítios, mas que merece uma observação: a origem dos sítios a partir da herança familiar. Não há informações sobre esse aspecto quanto à origem do dinheiro que comprou as terras comercializadas pelas companhias que colonizaram a região Norte e Noroeste do Paraná, mas as informações levantadas por meio do trabalho de campo expressaram que na região de Moreira Sales, a maioria expressiva das propriedades dos sítios originava-se na herança familiar. Segundo Thompson (1989a), a herança é uma forma de resistência social, é um fator importante a ser considerado quanto ao acesso à terra. Aparentemente foge à lógica capitalista. Ela é a possibilidade do surgimento de novas configurações. Os sítios que conseguiram permanecer no Norte do Paraná ao se consolidar ali a estrutura fundiária, passaram a comprar terras quando o processo de colonização avançou para o Noroeste Paranaense. Muitas propriedades do município de Moreira Sales foram compradas por famílias que residiam no Norte-paranaense, mas que já compravam terras nas áreas abertas por essa nova fronteira agrícola, e destinadas à herança dos filhos que constituíam famílias.

Na conjuntura pesquisada, década de 1980, 1990, os sítios já resultavam da partilha da herança de terras que se localizavam no próprio município.

Por meio das informações levantadas durante as entrevistas, percebemos que na área de pesquisa, a terra é dividida por igual entre os filhos, tanto homens, quanto mulheres. Esta distribuição depende do tamanho da propriedade. Se a divisão colocar em risco a sobrevivência do sítio, outra distribuição é feita. Quando não é possível parcelar a terra em herança para todos os filhos, acontece a migração de partes deles, ficando sempre o filho mais velho ou o mais novo. Este processo que é dinâmico, ocorre por que se a área do sítio ficar muito pequena, não se conseguirá produzir o necessário para o sustento da família e para a comercialização, pré-condição para a sobrevivência da propriedade.

A possibilidade deste colapso foi cogitada a partir da leitura do livro de José Vicente Tavares dos Santos (1978), “Colonos do Vinho”, quando este traça a trajetória dos colonos que migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Paraná, na década de 1950, para evitar o parcelamento dos sítios e garantir sua reprodução social.

Quando começou a modernização da agricultura paranaense, por volta da década de 1970, parte dos descendentes desses migrantes gaúchos começou um processo de deslocamento para a Amazônia Legal, principalmente Mato Grosso e Rondônia. Política de créditos agrícolas direcionadas para a grande produção; dificuldade para comercialização; cultivo e quantidade sem competitividade no mercado, favorecem o deslocamento de muitas famílias. Vender a propriedade localizada na região Sul e comprar outra propriedade na região Norte com uma área três vezes maior do que a primeira, com o dinheiro resultado da primeira comercialização de mostrou atrativo para outras tantas famílias que também se deslocaram.

O resultado desse movimento migratório para a região Norte e Centro Oeste foi melhor verificado ao longo da década de 1990, quando parte das famílias que migraram para essas regiões, haviam perdido suas terras em razão da dificuldade em pagar os empréstimos ou financiamento bancários feitos para produzir. A maior dificuldade referia-se à comercialização. Estas famílias retornaram ao Paraná e engrossam os movimentos sociais, principalmente aqueles que reivindicavam a Reforma Agrária; outra parte

migrou para as cidades de médio e grande porte e incorporaram-se aos trabalhadores das indústrias, do comércio, e da economia informal.

Decorrencia de uma ocupação desordenada ao longo da década de 1960, no sentido da titulação da terra, as regiões Noroeste e Sudoeste presenciaram a atuação mais efetiva do Movimento dos Sem Terra a partir de 1990. Estas famílias retornavam à região de origem: haviam saído das pequenas propriedades destas mesmas regiões para as quais agora retornavam.

Se na região norte do Paraná a titulação efetiva de propriedade da terra justificava a organização da estrutura fundiária, nas regiões Noroeste e Sudoeste as terras devolutas foram ocupadas pelas grandes fazendas, provocando a saída de muitas famílias que ocupavam as terras por meio de sua posse. Uma pesquisa mais aprofundada identificaria a propriedade atual das grandes fazendas na compra de lotes vendidos pelo Estado, classificadas como devolutas. Estas terras já eram ocupadas por populações indígenas, posseiros, agregados, safristas⁶, que foram desalojadas para dar lugar à organização imposta pela ocupação capitalista na agricultura.

De safristas a posseiros; de pequenos proprietários a membros dos movimentos dos sem terra; uma série de entrevistas com diversas pessoas que residiam na área rural e urbana do município de Moreira Sales, permitiu uma rede de informações sobre a constituição de identidade e poder no período de colonização do município que influenciou a dinâmica econômica, política e social posterior. No entanto, essas informações nos interessaram à medida que revelavam a constituição dos laços de identidade daqueles que participaram do período de ocupação e colonização do município. Além do que a metodologia adotada solicitava a verificação desta concepção, à medida que trabalhava estreitamente com os personagens sociais de determinada dinâmica social.

As reflexões realizadas a partir da leitura de Thompson, influenciado pela teoria marxista, sobre “classe em si” e “classe para si”, permitiu compreender a dinâmica social do município (THOMPSON: 1989a). Para o autor classe é:

⁶ O safrista era uma denominação que identificava uma espécie de posseiro. Ocupava um pequeno lote; plantava, colhia. Às vezes se deslocava para outro lote; às vezes permanecia no mesmo lote. Consumia parte do que plantava.

“um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura” (THOMPSON: 1989: 09: Vol. I).

Mais do que a conceituação de classes nos estudos de Thompson (1989a); os movimentos sociais nos estudos de Lefebvre (1980), o que contribuiu para a pesquisa foi a metodologia adotada por estes autores, demonstrando a importância em se atentar para além dos dados estatísticos oficiais.

O conhecimento desta abordagem metodológica, que se opunha à leitura marxista de influência estruturalista de Louis Althusser (1967), revelou a importância de depoimentos na explicação da existência e organização de segmentos sociais. Como era possível contar com documentos oficialmente produzidos, optamos pela entrevista como instrumentação de pesquisa e que permitia a reconstituição da história do município a partir daqueles que o povoaram nos períodos de ocupação. A realização das entrevistas evidenciou uma rede de relações estabelecidas a partir da colonização do município. Essa identidade se manifestou a partir das informações sobre o período de ocupação: quem poderia me dar informações sobre as condições do município quando chegou e o que veio fazer. O critério utilizado pelos que foram entrevistados para indicar outros que poderia contribuir, foi o período de chegada no município.

Esta metodologia favoreceu “novas” interpretações e, no caso da área pesquisada, apresenta outras versões para a história oficial. Segundo Bosi “o

passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe na arca as roupas velhas ou novas” (BOSI: 1992: 35).

Ao fazer o balanço teórico-metodológico desta pesquisa não temos a pretensão de apontar caminhos, senão, evidenciar a importância dos estudos que se dedicam à pesquisa da participação social, política e econômica dos sítiantes, ou da pequena propriedade na sociedade atual.

Para estudar os sítios rurais de Moreira Sales, reconstituímos a história dos sítios no processo de ocupação do território paranaense. Paralelo, identificamos o Estado como dirigente do processo de colonização, fosse diretamente ou por meio das Companhias Colonizadoras. Para o aprofundamento e reconstituição desse histórico, utilizamos a produção bibliográfica produzida pela Geografia, História, Sociologia e Agronomia. A intenção foi mostrar as transformações que sofreram os sítios no percurso de ocupação, com vistas a entender melhor sua permanência na estrutura fundiária paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um tema que interessa debater pois ao longo de duas décadas pesquisando a questão agrária paranaense, na perspectiva geográfica, constatamos que há pouca produção preocupada com a organização da pequena propriedade, nas suas mais diversas expressões no território paranaense. Além de permitir uma caracterização das diversas expressões da pequena unidade de produção do estado do Paraná, como pretendemos em pesquisa desenvolvida atualmente, com vistas a subsidiar políticas agrícolas.

Outro aspecto que se apresenta importante quanto ao estudo desse tema está nas críticas permanentes dirigidas aos pequenos produtores, como classe política conservadora. No Paraná, em razão da organização territorial do espaço ter se dado sobre a efetiva titulação de propriedade, não era possível organizar-se de outra forma que não fosse por meio do registro de sua propriedade. E como as políticas agrícolas são destinadas ao financiamento da produção de lavouras de exportação, ele é aliado do grande proprietário. Esta posição lhe confere nesta conjuntura uma posição conservadora do ponto de vista político e econômico.

As pesquisas desenvolvidas com vistas a verificar as transformações agrárias que ocorreram no Paraná, quando vão para além dos dados estatísticos, contribuem com a reconstituição da história paranaense. A rapidez com que ocorreram as transformações agrárias durante o processo de colonização do Paraná, levou ao desaparecimento de muitas informações sobre a história de ocupação, sobre a organização dos segmentos sociais; levou principalmente ao desaparecimento daquilo que denominamos de história pré-companhias colonizadoras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo: Hucitec. 1992.

ALTHUSSER, Louis. Análise Crítica da Teoria Marxista. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo> Companhia das Letras. 1992.

CHAYANOV, Alexander. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Nueva Vision. 1974.

KAUTSKY, Karl. La Questión Agrária, 3ª ed. Bogotá: Siglo Venturino. 1980.

LEFEBVRE, George. O Grande Medo de 1789. Rio de Janeiro: Campus. 1980.

LENIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

LIMA, Maria das Graças de. A Sobrevivência dos Sítios Rurais em Moreira Sales, PR. 1993, 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes. 1983.

MULLER, Geraldo. Estado, Estrutura Agrária e População. Petrópolis/RJ: Vozes. 1980.

PRADO JR. Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 2000.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus. 1980.

SHANIN, Teodor. La Classe Incomoda. Nueva Editorial. 1967.

SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

SANTOS, José Vicente T. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec. 1978.

THOMPSON, E. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1989(a).

_____. Tradición, Revuelta y Consciência de Clase. Barcelona: Editora Crítica. 1989(b).